



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 2025/2024

Mensagem nº 093/2024

Projeto de Lei Executivo nº 083/2024

PARECER

Trata-se de pedido de apreciação de constitucionalidade e legalidade de projeto de Lei proposto pelo Excelentíssimo Prefeito Euclério de Azevedo Sampaio Júnior, que *“Dispõe sobre a alteração da Lei municipal nº 6.062/2020, que Institui a Política municipal sobre drogas e o conselho municipal de políticas públicas sobre drogas - COMUD, do município de Cariacica-ES.”*

Em sua mensagem, o Executivo municipal informa que a alteração proposta em dispositivos da Lei nº 6.062/2020, que institui a Política Municipal sobre drogas, e o Conselho Municipal de Políticas pública sobre drogas – COMUD, visa a necessidade de representação multidisciplinar, tendo em vista que o fenômeno do uso abusivo de drogas possui natureza multifatorial e assim atravessa diversas políticas e instituições diferentes.

E finaliza argumentando que, o número de membros do Conselho passará para 18(dezoito) membros, incluindo-se representantes de entidades diversas da Sociedade Civil Organizada e foram propostas alterações pontuais na estrutura do Conselho.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 a 111.

Em análise detida ao objeto da presente proposição, restou verificado que a mesma é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, eis que versa sobre a organização administrativa, conforme os artigos 53, inciso IV, e 90, inciso XII, todos da Lei Orgânica Municipal de Cariacica.

Acerca do atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), mormente o art. 16, que estabelece que quando da criação de despesas, o ordenador de despesas deverá apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, esta não foi anexada aos autos, tendo em vista que o projeto não gerará impacto financeiro aos cofres públicos, visto que o §2º do art. 9º da lei modificada não permite a remuneração dos conselheiros.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Procuradoria

Processo nº 2025/2024

Mensagem nº 093/2024

Projeto de Lei Executivo nº 083/2024

Portanto, conforme fundamentação supramencionada, do ponto de vista formal e material, o projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal pelo Chefe do Poder Executivo de Cariacica, está em consonância com as legislações vigentes, motivo pelo qual opinamos pelo **PROSSEGUIMENTO** da presente proposição.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das comissões permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do parlamento. Desta forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Esse é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 02 de setembro de 2024.

GUSTAVO FONTANA ULIANA

Procurador Jurídico

POLLYANA ASSIS ZANON SANTÓRIO

Assessora Jurídica

